

ALAVANCA 40^h *NO ANIVERSÁRIO!*

CONFLITUALIDADE SOBE PARA NÍVEIS POUCO HABITUAIS

EDITORIAL

1.º DE MAIO

A SOLIDARIEDADE SAIU À RUA

Impressionante! Foi assim que vimos as comemorações do 1.º de Maio da CGTP-IN. Foi mais do que uma festa ou do que uma luta, foi uma poderosa manifestação de força, de vitalidade, de vontade em construir uma sociedade mais justa.

Foi um enorme abraço de solidariedade e uma demonstração inequívoca de que são justas as reivindicações da CGTP-IN.

Estão abertos os caminhos do futuro que, está provado, não passam pela política de vistas curtas do actual Governo.

Desde há, pelo menos, cinco anos que não se registavam tantos conflitos de trabalho.

Nos primeiros três meses deste ano já houve mais greves que em todo o ano de 1987.

A continuar assim, tudo indica que o número de greves este ano irá ficar muito próximo do registado em 1981, ano que mantém o recorde absoluto de paralisações.

Este facto vem demonstrar que os trabalhadores não aceitam a contenção salarial, nem o Acordo de Rendimentos para 1992.

A agitação social fica ainda a dever-se à atitude prepotente e anti-negocial do Governo e patronato que teimam em violar direitos e compromissos assumidos, ao mesmo tempo que ameaçam com restrições à Lei da Greve.

Não
ao abuso
do poder

O Governo está a usar o poder, nalguns sectores da vida portuguesa, de forma autoritária e, mesmo, em situação de abuso de poder.

Sempre que situações e circunstâncias ponham em causa o «seu ego» ou os interesses dos seus amigos, o Governo perde o verniz e reage de forma pouco democrática, se necessário violando a lei e até a Constituição da República.

Porque os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa recusaram afirmar, de rosto levantado, o seu direito a viverem melhor, exigindo que a negociação colectiva não fique condicionada por tectos salariais e que sejam cumpridos os compromissos sobre as alterações de carreiras anteriormente negociadas, o Governo apressou-se a tomar uma atitude prepotente e ilegítima de requisição civil dos trabalhadores.

O Governo manifestou assim a fraqueza de quem sabe que não tem razão, de quem não quer dialogar nem negociar, utilizando uma medida que já foi condenada pelos Tribunais.

Atitudes destas podem proteger interesses do patronato e até do Governo mas certamente que provocarão também um crescendo na conflitualidade. E que as razões que levaram ao conflito continuam a manter-se, pelo que os trabalhadores, ou encontram na empresa uma outra disponibilidade negocial ou, tarde ou cedo, vão ter de conflitar de novo.

Também as medidas recentemente tomadas na área de saúde são de uma enorme gravidade, são um claro atropelo à Constituição e a decisões tomadas pelos Tribunais e constituem uma acentuada quebra de solidariedade na vida do nosso país.

Já não bastava o deficiente funcionamento dos serviços de saúde, o provocar as infatigáveis horas passadas nas consultas dos centros de saúde, dos hospitais e das urgências, os longos tempos de espera para conseguir uma simples consulta, o encerramento de hospitais e urgências, a falta de médicos e de pessoal hospitalar.

O Governo ressuscitou de novo e de uma forma brutal as taxas moderadoras, ao mesmo tempo que fomentou o crescimento do preço dos medicamentos, pela introdução do IVA e pela diminuição das comparticipações do Estado.

Estamos perante uma grave limitação no acesso à saúde para a maioria da população portuguesa. É por isso justa a acção de protesto contra as taxas moderadoras que a CGTP-IN anunciou para a semana de 25 a 30 de Maio próximo, bem como a campanha SOS EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA, prevista para o mês de Junho.

Manuel Lopes



SERVIÇOS DE SAÚDE DEGRADAM-SE

Pagamos impostos. Temos direitos. Estas as ideias-chave da CGTP-IN para reivindicar serviços de saúde de qualidade. O aumento brutal das taxas moderadoras causou enorme indignação

NÃO ÀS TAXAS
MODERADORAS

De tendencialmente gratuito, os serviços de saúde estão a ficar tendencialmente mais caros. Há razões para protestarmos e lutarmos. A CGTP-IN está numa grande jornada em torno deste problema, de 25 a 30 de Maio

A Contratação Colectiva em 1992: Primeiro balanço

Passados que são os primeiros meses de 1992, é já possível efectuar um balanço da contratação colectiva. A elevação concentrada de processos reivindicativos nos primeiros 3 a 4 meses de cada ano (e a influência que estes processos têm nos seguintes) permite apurar resultados que já não se afastarão significativamente da média do ano. Importa pois reflectir sobre estes resultados, sobre a incidência na contratação colectiva dos designados acordos de política de rendimentos, sobre a evolução da conflitualidade laboral, sobre os conteúdos negociados e os acordos alcançados, etc. Neste artigo tem-se como objectivo efectuar uma contribuição, ainda que limitada, sobre algumas destas questões.

Maiores dificuldades resultantes da "Política de Rendimentos"... mas rompeu-se o tecido salarial

São inéquivas as maiores dificuldades da negociação colectiva e da contratação colectiva em 1992: a contenção salarial passa a constituir o eixo central da política do Governo, o que significa que na concretização social a parte sindical enfrenta uma posição (muito claramente) comum Governo-patronato, não se trata de um ato eleitoral; a integração de Portugal no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu conduz a uma maior pressão sobre o controlo dos custos salariais e o desemprego tende a aumentar; etc. O acordo de política de rendimentos para 1992 tem muitos aspectos negativos sobre o livre exercício da contratação colectiva. Primeiro, porque a expressão acabada da política de contenção salarial. Depois, porque visa impor — diríamos sem complexos, apesar de alguns discursos sobre "chãos" e "reções" — um texto salarial. A realidade não é esta: quanto se chega ao valor do

referencial (10,75% no primeiro quadrimestre) a negociação em impasse — ou o conflito se mantém, ou o excedente a formas de luta permite ultrapassar a situação. Terceiro, porque o sector público (Administração Pública e empresas do SEE) é utilizado como instrumento de "contenção". O processo da Função Pública é bem revelador. Como o são as lutas em curso em empresas do sector público empresarial. Uma vez mais, o Governo e o patronato a formarem um só bloco. Quarto, porque o salário mínimo teve um aumento miserabilista, não sendo respetado o compromisso de dever crescer acima dos salários médios.

Apesar de todos estes condicionamentos, e apesar de ter havido desaceleração no crescimento dos salários contratuais, ainda assim os aumentos médios nas tabelas salariais situam-se em 11,6%, sendo excluído deste cálculo a Administração Pública (Quadro 1). Ou seja, rompeu-se o tecido salarial... o que não é o resultado esperado da "política de rendimentos". Os resultados salariais globais serão ainda mais expressivos, já que em muitos processos foram negociados aumentos salariais mais elevados que os da tabela salarial.

Trata-se de aumentos salariais contratuais, ou seja, na generalidade dos casos, de acréscimos mínimos, podendo os aumentos efectivos serem superiores. De facto, assim tem acontecido nos últimos anos. Mas, em 1992, a inação de que dispomos leva-nos a pensar que esta diferença não será tão significativa. Por outras palavras, os aumentos praticados não se afastarão significativamente dos aumentos acordados.

São resultados que, sendo importantes, face ao aperto salarial imposto, são insuficientes. Primeiro, porque a inflação passada é de 12% em 1991, quanto à prevista... o melhor é aguardar mas os ganhos mensais do poder

de compra (Quadro 1) são pouco relevantes. Depois, e mais decisivamente, porque o nível de salários é muito baixo (pagamento médio é de 73,5 contos em meados de 1991), o que exige aumentos salariais significativos. Não será com estes aumentos que nos aproximaremos do nível de vida médio na Comunidade. Nem estes aumentos estão a acompanhar os ganhos de produtividade.

Sensível agravamento da conflitualidade laboral

A política de contenção salarial, na qual se inscreve o acordo de política de rendimentos para 1992, contra o qual se vem batendo a CGTP-IL, traduziu-se num forte agravamento dos conflitos colectivos de trabalho. Muito se tem dito e escrito sobre aquele acordo: sobre o seu conteúdo, a sua oportunidade sabendo-se que estava marcada uma greve geral na Administração Pública subsecutiva por todas as organizações sindicais, sobre as condições de assinatura, etc. Em nosso entender, o agravamento da conflitualidade e a adesão verdadeira constituem a prova mais decisiva de que os trabalhadores condenam e lutam contra acordos desta natureza.

O quadro 2 indica alguns conflitos verificados, porventura não mais expressivos, no domínio da contratação colectiva. É bem significativo, na linha do que já se afirmou, a existência de uma conflitualidade em torno da contratação colectiva acelerada em Fevereiro, ou seja, a partir da assinatura do acordo de rendimentos para 1992.

Em teoria, tais acordos, ou pactos, visam reduzir, ou amortecer a conflitualidade laboral. Mas, é o contrário que se está a verificar.

(*) Gabinete de Estudos da CGTP-IL

QUADRO 1 AUMENTOS SALARIAIS NA CONTRATAÇÃO COLECTIVA (S/FUNÇÃO PÚBLICA)

		Contínente					
ANO	MÊS	N. IRTs	N. TRAB.	AUMENTO TABELA	INFLAÇÃO	PODER COMPRA	
1992	ABR	91	1110193	11,6	11,4	9,9	1,5
	MAR	6	366827	11,6	10,2	10,2	1,5
	FEV	6	72635	11,9	10,6	10,6	0,8
	JAN	76	601833	11,5	11,9	12	2,1
1991			170	1345181	14,3		

NOTA: A inflação de 1992 é o total sem habitação

QUADRO 2

PRINCIPAIS CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO NA CONTRATAÇÃO COLECTIVA (EXEMPLOS)

MÊS	CONVENÇÃO	MÊS	CONVENÇÃO
ABRIL	Alimentação, bebidas e tabaco (ORT's)	FEVEREIRO	CCT Vestuário Sul
	AE Lusa (greve suspensa)		CCT Industrias Madeira
	AE CP		AE INCM
	CCT Fabricantes de Material Eléctrico		CCT Industrias Químicas
AE Carris		AE NESTE	
AE Metro		AE Petrogal	
AE RTP		CCT Metalurgia	
MARÇO	AE Tabaquaria		AE Cel-Cat
	CCT Ind. Madeira		CCT Construção Civil
	AE INCM		ACT Abstevedores de Aeronaves
	AE NESTE		AE CP
AE FEIS		AE Metro	
AE Siderurgia		AE Carris	
CCT Metalurgia		AE Transtajo	
CCT Fabricantes de Material Eléctrico		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
CCT Construção Civil	JANEIRO	CCT Vestuário Sul	
AE Metro		AE Cel-Cat	
AE Carris		AE EDP	
CCT Transportes Rodoviário e de Passageiros		ACT Abstevedores de Aeronaves	
AE Transtajo		AE Metro	
AE RTP		AE Carris	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	

Mulher trabalhadora Esta carta é dirigida a si

Você tem direito ao trabalho, ao salário e ao emprego? Mas sabia que as mulheres ainda são em maior número no desemprego? Que ainda ganham salários mais baixos do que os homens mesmo fazendo trabalhos iguais e de igual valor?

Acha isto justo? Então junte-se a nós para modificarmos esta situação.

Você tem direito à formação profissional!

Mas sabia que a maioria dos cursos exigem o ano de escolaridade e que implica de muitas de vós de poderem inscrever-se?

Então junte-se a nós para exigir a revisão dessas exigências.

Você tem direito a mais! Sabia que há uma lei dos trabalhadores-extraneiros, que lhe dá o direito a horas para frequentar as aulas, estudar e fazer os exames seja numa escola profissional ou não?

Informe-se e valorize o seu saber!

Você tem direito à maternidade.

Sabia que a maternidade e a paternidade são valores sociais e como tal devem ser respeitados e protegidos?

Sabia que este ano é o Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no local de trabalho?

Sabia que milhões de trabalhadores na Comunidade Europeia são vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais?

No entanto muitos poderiam ser evitados se os empresários e os muitos trabalhadores cumprissem as regras de prevenção, se os trabalhadores exigissem condições para trabalhar: condições de higiene, de segurança e de saúde.

Esteja disponível para integrar as comissões de higiene, segurança e saúde nos locais de trabalho, que brevemente serão eleitos nas empresas. Vê-la sua saúde e pela dos outros colegas! Você tem direito à segurança social!

Sabia que Portugal ainda está muito distante do nível médio de protecção social verificada na CEE, apesar do forte aumento da protecção social decorrente do 25 de Abril?

A Segurança Social é absolutamente necessária para que haja solidariedade entre os cidadãos.

Por isso exigimos uma fiscalização eficaz de inscrição social e da declaração dos salários efectivamente auferidos pelos trabalhadores bem como o pagamento das contribuições; exigimos uma nova política de financiamento da segurança social e o aumento dos subsídios e das pensões bem como a participação das organizações representativas dos trabalhadores na gestão da segurança social.

Lute connosco para a melhoria da nossa Segurança Social e para que ela cubra os seus membros, a eficácia dos direitos dos trabalhadores, dos desempregados, dos pensionistas e reformados.

Você tem direito a protecção contra a violência!

Mas sabia que a Lei de Protecção às mulheres vítimas de violência ainda não foi regulamentada pelo Governo? Nós exigimos a regulamentação urgente e prioritária da Lei.

Sabia que há uma directiva comunitária sobre a protecção da dignidade das mulheres e dos homens nos locais de trabalho?

Nós exigimos que esta directiva passe para a legislação nacional a fim de que possa actuar juridicamente

sobre casos de ofensa à dignidade das e dos trabalhadoras.

Você tem direito ao exercício dos direitos sindicais!

Sabe quais são? Sindicalização, participação em plenários, ter informação sindical, distribuí-la e afixá-la nas empresas, ser delegada sindical, usufruir das horas para o exercício da sua missão, recorrer ao sindicato quando e sempre que precisar, entre outros.

É por isso que nós exigimos uma maior e mais eficaz fiscalização e punição das empresas que não respeitem esses direitos. É que

o exercício destes direitos é parte integrante dos direitos democráticos de todos os trabalhadores.

Você tem direito à participação na vida social e política.

A participação das mulheres na vida social e política do nosso país é cada vez mais necessária quer nos sindicatos, quer nos partidos, quer em movimentos. As mulheres são precisas à frente de empresas, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas Câmaras Municipais, nas Juntas de Freguesia, nas Cooperativas, nos Sindicatos...

É por tudo isto que exigimos mais formação profissional, mais informação dos direitos, a inclusão de mulheres nas listas dos partidos e dos sindicatos, das cooperativas em lugares elegerivos e de responsabilidades.

Prepare-se. Participe. Disponibilize-se para intervir activamente na vida sindical, social e política do nosso país.

Responda à nossa carta. Defenda os seus direitos! Sindicalize-se! Junte-se a nós!

Helena Policarpo
ACT Abstevedores de Aeronaves

Maternidade e igualdade de tratamento Projectos de Lei em discussão

Estão em discussão público dois projectos que introduzem alterações à Lei 4/84 de protecção da maternidade e paternidade, da autoria do PS e do deputado independente Mário Tomé. Estes projectos consistem, num caso em aperfeiçoamento da lei actual que embora já consagre determinados princípios não os menciona expressamente e noutras alterações que se impõem uma vez que a Lei 4/84 contém desde o seu início

alguns constrangimentos ao exercício efectivo da maternidade e paternidade. Na verdade, e apesar das suas limitações a Lei da maternidade e paternidade tem estado no centro das principais discriminações praticadas contra as mulheres nas empresas.

Entretanto encontram-se em discussão pública outros três projectos de lei apresentados pelo PCP, PS e deputado independente Mário Tomé, que não obstante versarem matérias distintas, une-os um

objectivo comum: reforçar o princípio da igualdade de tratamento e oportunidades seja no acesso ao emprego ou nas condições de trabalho, em sentido lato; e simultaneamente eliminar práticas discriminatórias reforçando os mecanismos que visam a sua fiscalização e punição.

Faça a estes projectos e à sua importância, é necessário que eles sejam rapidamente agendados, discutidos e aprovados.

25 de Abril

O apego à Liberdade e Democracia



As comemorações populares do 25 de Abril, que da pompa e circunstância das outras não reza a história, provaram, mais uma vez, o apego do povo português à liberdade e democracia.

Al se recordou a figura do Capitão de Abril Salgueiro Maia, recentemente falecido, e se lembrou a flagrante injustiça de lhe negar uma pensão vitalícia, que seria atribuída a dois ex-agentes da PIDE.

Os intervenientes nas comemorações fizeram questão de salientar o desdém com que o poder instuído tem vindo a tratar o 25 de Abril, símbolo da liberdade e da democracia.

O desdém, de resto, fica patente na intenção de alterar para datas móveis feriados como o 25 de Abril e 1.º de Maio.

Palavras muito duras foram ditas sobre a actuação do Governo de Cavaco Silva.

Entretanto, a Associação 25 de Abril atribuiu o bastão de Marechal a Francisco da Costa Gomes num acto simbólico e oportuno, numa situação em que "muitos procuram não só eliminar direitos e conquistas do 25 de Abril, mas até apagar da própria memória colectiva esse período glorioso da nossa história".

Há muito tempo que não se via Greves aumentam em 92

O número de greves do 1.º trimestre de 1992 bateu todos os recordes dos últimos 5 anos. Nunca visto desde há muito tempo a esta parte.

É a demonstração do fracasso da política de contenção salarial e a condenação definitiva do Acordo de Rendimentos.

Nos primeiros meses do ano já houve mais greves que em todo o ano de 1987. Se a tendência não se alterar, chegaremos ao fim do ano com um número de greves muito próximo do de 1981 que fica como o ano em que mais greves se realizaram — 756 — desde o 25 de Abril.

Os dados são do Ministério do Emprego e deixam ficar claro o enorme clima de descontentamento existente na sociedade portuguesa, face a uma política de vistas curtas que aposta na contenção salarial, na restrição de direitos e na ausência de solidariedade social, patente nos baixos níveis do salário mínimo e das pensões e prestações sociais.

Por outro lado, é de salientar o fracasso do Acordo de Rendimentos para 1992, não só pelos resultados alcançados com a luta dos trabalhadores mas pelo clima generalizado de contestação que mereceu.

A contínua prepotência e intransigência do Governo e patronato que avançam agora com a pretensão de vir a restringir direitos na lei, levará a que o clima de agitação social não pare.

Na verdade, em 1992, registaram-se no primeiro trimestre 223 paralisações, o que é praticamente o dobro do verificado o ano passado, que, significativamente foi ano de eleições. As estatísticas do Ministério do Emprego adiantam que só

em Janeiro se realizaram 60 greves contra 30 em 1991, em igual período do ano. Em Fevereiro contabilizaram-se 80 paralisações e em Março 90.

As 223 greves apuradas no primeiro trimestre do ano quase triplicam o "score" registado no mesmo período em 1988 (86).

Incapazes de entender a verdadeira natureza da movimentação dos trabalhadores e face a este quadro, o patronato avança agora com a ideia de vir a alterar a "Lei da Greve" no sentido de a restringir e de vir a legalizar o "lock-out".

Tal facto terá a inevitável oposição dos sindicatos, tanto mais que se trata de um retrocesso em todos os sentidos.

Metropolitano de Lisboa Uma luta justa

Os utentes do Metro têm sofrido as consequências de uma série de paralisações na empresa. Os trabalhadores e os sindicatos da CGTP-IN são os primeiros a lamentar a situação, havendo que repor a verdade dos factos de forma a tornar claro que são o Conselho de Gerência (C.G.) e o Governo os principais responsáveis.

Houve uma política salarial discriminatória em 1991, utilizando o C. G. dualidade de critérios ao atribuir aumentos salariais substancialmente maiores aos quadros superiores, tendo-se comprometido em Setembro de 1991 a corrigir a situação. Até ao momento não o fez.

O C. G. assumiu o compromisso de proceder ao estudo de análise de funções que deveria entrar em vigor em Novembro de 1991 com as consequentes alterações nas grelhas salariais. Até ao momento nada fez.

Quanto aos salários para 1992, a empresa apresentou uma contraproposta com dois meses de atraso e no valor de 10,75%. Desde logo afirmou que era a primeira e última proposta, impondo-a por acto de gestão, violando as normas que presidem à Contratação Colectiva, inviabilizando assim a negociação.

Ficam pois claras as razões dos trabalhadores e a

rastramento do conflito laboral no Metropolitano.

É notório que as confederações patronais e as forças políticas conservadoras têm interesse na manutenção deste conflito laboral para encenar pretextos com vista a atacar direitos fundamentais dos trabalhadores, como é o caso da lei da greve.

São evidentes os efeitos negativos da greve do Metropolitano na perturbação da vida social e económica de Lisboa, com prejuízos para os trabalhadores da empresa e significativas dificuldades para a vida da população da região de Lisboa.

Os trabalhadores do ML aprovaram em plenário, uma resolução que reclama do Governo e do Conselho de Gerência uma atitude de diálogo e de abertura negociadora. À resposta do Governo foi proceder à requisição civil dos trabalhadores, uma medida que não vem resolver o conflito.

A CGTP-IN, consciente das graves implicações decorrentes da manutenção da presente situação dirigiu-se ao Primeiro-Ministro, ministro da tutela e Conselho de Gerência do ML, tendo em vista o encontrar de uma solução negociada com a Comissão Negociadora Sindical. A CGTP-IN afirmou a sua total disponibilidade para uma intervenção directa no âmbito do conflito laboral existente.

falta de vontade do C. G. e do Governo de resolver o conflito. Não é por falta de meios. A empresa gasta mais de 3000 contos diários em alternativos. Se fossem conduzidos para a negociação, o conflito não estaria já resolvido?

Os trabalhadores têm procurado soluções, têm mantido o diálogo, apresentando sucessivas propostas.

Reivindicações justas

As reivindicações dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa são justas. A indiferença e o abandono das negociações, em determinadas fases, por parte do Conselho de Gerência do ML, a indiferença do Ministério da tutela face ao desenrolar do processo negociador e a falta de empenho do Ministério do Emprego na concretização da fase de conciliação, constituem a causa determinante do ar-



LISBOA



FARO

A festa da solidariedade

Há mais de 100 anos que se comemora internacionalmente, o dia 1 de Maio, o Dia do Trabalhador.

Durante este período, o mundo conheceu profundas transformações: a democracia e a liberdade venceram muitos obstáculos e resistências; as condições de vida e de trabalho registaram significativas melhorias; o trabalho dignificou-se; o progresso estendeu-se a muitas sociedades.

Tais factos não podem, contudo, fazer esquecer a chocante realidade com que ainda hoje nos debatemos. A ciência e a técnica colocaram ao dispor do homem meios poderosos que, se fossem correctamente aproveitados permitiriam, pela primeira vez na história da humanidade, a satisfação

plena das suas necessidades.

Entretanto, 3/4 da população mundial vive em condições de miséria; a fome, a doença e o analfabetismo são uma constante no quotidiano de milhões de pessoas; a repressão e a opressão subsiste em numerosos países; ressurgem preocupantes manifestações de racismo e de xenofobia; o fosso entre os países ricos e os pobres alargou-se; mesmo nas sociedades desenvolvidas, agravam-se as desigualdades sociais, crescendo o número de pobres e sendo os ricos cada vez mais ricos; novos e preocupantes problemas surgem no quadro da evolução política do leste e centro da Europa.

E, por isso, preciso manter e actualizar o carácter internacionalista e solidário do 1º de Maio e afirmá-lo como dia da unidade, de festa, de protesto e de luta de todos os trabalhadores.

A CGTP-IN sauda os trabalhadores de todo o mundo e, em particular, aqueles que ainda vivem em condições sub-humanas, sujeitos a inadmissíveis formas de sobre exploração do trabalho, violentadas diariamente nos seus mais elementares direitos humanos.

A nossa solidariedade, ainda, para o martirizado povo de Timor-Leste. No povo Palestiniano e na população negra de África do Sul, simbolizamos os nossos votos de sucesso para todos aqueles que lutam heróicamente pela liberdade e democracia.

MAS QUE G... 1.º DE M...

O 1.º de Maio, comemorado em cerca de 80 localidades em toda a Europa, é uma poderosa manifestação de solidariedade, uma poderosa festa mais justa.

Os trabalhadores demonstraram, de forma clara, que não aceitam esquecer as promessas eleitorais de Cavaco Silva de crise do sector produtivo real e com as intenções n e a sua contínua viola

Digam o que disserem, o 1.º de Maio demonstrou que os trabalhadores da CGTP-IN e do que ela re

Aqui deixamos algumas passagens da intervenção de M em Lisboa, na convicção de que elas reflectem o tom do 1.º de Maio em todo o

Uma exigência presente Mais democracia

O Governo prometeu aos portugueses mais democracia e o patronato comprometeu-se a fomentar o diálogo social.

Entretanto, verifica-se por parte do patronato a violação sistemática dos direitos dos trabalhadores, com toda a impunidade.

O Governo ainda não dementou as notícias divulgadas de que o SIS anda a exercer vigilância policial sobre lutas dos trabalhadores e os seus sindicatos. A confirmarem-se tais notícias, estaríamos perante um grave atentado aos direitos constitucionais, indicador de práticas, profundamente antidemocráticas e inconstitucionais.

Existem motivos mais suficientes para que os trabalhadores e os cidadãos se sintam preocupados com o que se está a passar na sociedade portuguesa.

É ou não motivo de preocupação o deslêem com que o poder tem vindo a tratar o 25 de Abril, símbolo da liberdade e da democracia conquistadas?

É ou não motivo de preocupação o conteúdo escandaloso da reportagem feita pela RTP sobre as comemorações do 25 de Abril?

É ou não motivo de preocupação, saber que, enquanto ao capitão de Abril Salgueiro Maia não foi concedida uma pensão vitalícia por mérito dos serviços prestados à pátria, o Govern

no concede esse privilégio a 2 agentes da ex-PIDE.

É ou não motivo de preocupação um patrão do antigamente vir ameaçar de despedimento por motivos ideológicos, os trabalhadores de uma empresa que voltou às suas mãos por obra e graça do leilão do SEE?

É ou não motivo de preocupação o Governo anunciar a intenção de alterar para data móvel os feriados do 25 de Abril e do 1º de Maio?

Nos diremos que é não só motivo de preocupação, mas sobretudo uma afronta aos sentimentos democráticos do povo português, que suscita a nossa justa indignação e firme oposição.

Estamos na cauda da Europa

As afirmações do 1º Ministro de que já não estamos na cauda da Europa comunitária e, mais recentemente, a afirmação de que estamos a apanhar o pelotão da frente, não passam, infelizmente, de uma retórica ficcionista, desmentida pela realidade que vivemos.

E não só falso como perigosos este tom optimista do discurso oficial. A realidade é que se compararmos o nosso nível de salários, das pensões e prestações sociais, do salário mínimo nacional, a dimensão do horário de trabalho com os níveis médios comunitários, terá de se concluir que continuamos na cauda da Europa.

Portugal pode e deve ser melhor governado. O país tem condições que potenciam um verdadeiro desenvolvimento sustentado. Mas tal objectivo não se atinge com a po-

lítica do actual Governo de pôr em saldo o Sector Empresarial do Estado, nem com a reconstrução dos ex-grupos monopolistas, nem com a entrega de interesses económicos estratégicos ao capital estrangeiro.

É preciso denunciar que os ex-monopolistas estão longe de ter concretos empresariais modernos e objectivos concretos para o desenvolvimento do país.

O desenvolvimento do país não passa pela destruição dos serviços públicos, nem pelas medidas atentatórias do direito ao trabalho na função pública, antes exige a modernização da Administração Pública e a melhoria da sua qualidade.

O Estado não se pode desresponsabilizar das suas funções sociais sob o risco de se verificar uma grande quebra da solidariedade nacional.

Por Co

com...
per...
lib...
são...
síd...
zada, en...
"Europa d...
Perante e...
moviment...
ropeu, no...
de ter uma...
determina...
cada real...
em defesa...
nómica e s...
Foi esta a...
apresentã...
mente com...
Europa to...
a Presi...
guesa.
O ideal

Baixo Um de v

abo...
bo...
A...
nel...
é p...
O Gover...
nificativo...
agora, a to...
crescimen...
É uma p...
salário a...
custos de p...
É uma p...
Zação da fo

E GRANDE MAIO!

calidades em todo o País, foi, como sempre tem sido, uma a poderosa festa da unidade na luta por uma sociedade mais justa.

lara, que não aceitam uma política de contenção salarial, e Cavaco Silva e que estão preocupados com os sinais nas intenções manifestadas de retirada de direitos contínua violação.

strou que os trabalhadores continuam unidos em torno N e do que ela representa.

tervenção de Manuel Carvalho da Silva na Alameda, reflectem o tom das intervenções proferidas neste Maio em todo o País.

Por uma Europa dos cidadãos Contra o racismo

A construção europeia está desequilibrada, a dimensão social tem sido menos prezada, enquanto floresce a "Europa dos negócios".
Perante este cenário, o movimento sindical europeu, no seu todo, terá de ter uma acção firme e determinada, a partir de cada realidade concreta, em defesa da coesão económica e social.

Foi esta a exigência que apresentámos, conjuntamente com a Confederação Europeia de Sindicatos, à Presidência Portuguesa.

O ideal humanista da

Europa dos cidadãos tem vindo a ser esquecido, favorecendo as teses das forças conservadoras e retrógradas que demagogicamente, atribuem, aos imigrantes os problemas do desemprego nos seus países.

A CGTP-IN associa-se ao apelo da Confederação Europeia dos Sindicatos, consubstanciada na consigna "unidos e solidários, contra a exclusão social e o racismo", tendo em vista uma Europa unida, justa, solidária, multicultural e pluritétnica, onde todos possam viver juntos, desfrutar a liberdade e a demo-

cracia, iguais nos seus deveres e direitos.

Da mesma forma, a CGTP-IN exige a legalização da situação dos imigrantes em Portugal, designadamente os oriundos dos países de expressão portuguesa e a adopção de medidas para a sua inserção no respeito pela sua identidade cultural. A CGTP-IN exorta os trabalhadores imigrantes a integrarem-se nos seus sindicatos, nos quais encontrarão a fraternidade militante para, em conjunto com os trabalhadores portugueses, defenderem interesses profissionais comuns.

Baixos salários e Acordo de Rendimentos

Uma política de vistas curtas

A agudização da conflitualidade laboral é o resultado da política económica e social implementada pelo Governo e da acção afrontosa e provocatória de muitos patrões.

O Governo prometeu um aumento significativo dos salários reais, mas procura agora, a todo o custo, impôr limitações ao crescimento dos salários.

É uma política de vistas curtas que vê no salário apenas um elemento que onera os custos de produção.

É uma política que ignora que a valorização da força de trabalho, baseada em ele-

vadas qualificações e salários dignos, constitui hoje, mais do que nunca, um factor decisivo de competitividade.

Já muito se tem dito sobre o Acordo assinado entre a UGT, o Governo e o patronato.

O que vem sendo conhecido, mostra o Acordo como sendo, no momento, a principal arma utilizada pelo patronato nas negociações para impedir aumentos salariais justos.

Os seus referenciais constituem hoje autênticos tectos salariais, que só a luta dos trabalhadores faz romper.



PORTO



GUIMARÃES

Vamos continuar a lutar

A CGTP-IN reafirma que prosseguirá o seu projecto sindical fundado nos princípios da

liberdade, da unidade, da democracia, da independência e da solidariedade entre todos os trabalhadores.

Vamos, por isso, continuar a lutar pelas nossas reivindicações gerais e imediatas.

Pelo crescimento dos salários e pela sua aproximação à média comunitária, tendo em conta o custo de vida e o aumento da produtividade.

Pela redução dos horários de trabalho, tendo como máximo as 40 horas semanais.

Pelo crescimento do emprego, contra os vínculos laborais precários e contra os despedimentos.

Pela efectivação da formação profissional, como direito de todos os trabalhadores. Pela democratização da sociedade, no pleno respeito pelo exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Pelo desagravamento da carga fiscal e contra o aumento dos preços de bens essenciais.

Pelo aumento das pensões e prestações sociais, pela fixação do salário mínimo em 50 mil escudos.

Pela reestruturação e modernização do aparelho pro-

ductivo, contra o encerramento de empresas e serviços e contra a destruição do SEE.

Pela regulamentação adequada da segurança, higiene e saúde no local de trabalho, contra a sinistralidade laboral e pela justa reparação dos acidentes de trabalho.

Por uma política de saúde capaz de responder às necessidades básicas da população e contra a aplicação das taxas moderadoras.

A este propósito, queremos aqui anunciar que a CGTP-IN vai desenvolver uma ampla e vigorosa acção de protesto contra a política de saúde que decorrerá na última semana de Maio.

Um apelo à sindicalização

A postura simultaneamente reivindicativa e proponente que a CGTP-IN tem as

sumido face aos problemas nacionais, tem-lhe granjeado um crescente apoio das massas trabalhadoras que vêem as suas mais sentidas aspirações expressas nas

reivindicações defendidas pela CGTP-IN.

Assim assumimos com empenho a responsabilidade acrescida que daí resulta e procuraremos reforçar, a sua capacidade de organização e de acção.

A CGTP-IN é um lugar aberto, fraterno e solidário, onde cabem todos os

trabalhadores, independentemente, das suas convicções políticas ou religiosas. É possível, é necessário aumentar a sindicalização.

Ser sindicalizado é um acto consciente de defesa individual e, ao mesmo tempo, um acto de solidariedade colectiva.

Empresas de Tomar em luta

A 21 do mês passado, trabalhadores das principais empresas de Tomar (Matrena, Companhia de Papel de Porto Cavaleiros, Prado, Fiação de Tomar, Grupo Mendes e Godinho e IFM) estiveram em luta pelo pagamento dos salários em atraso, por um plano de intervenção para a bacía do Nabão e a participação dos sindicatos, patronato e autarquia no acompanhamento das medidas reivindicativas para os sectores produtivos do concelho.

Manuel Carvalho da Silva esteve nesse dia na cidade e constatou a grave situação vivida naquelas empresas.

Aveiro manifesta-se em Lisboa

Os trabalhadores da extinta Assembleia Municipal de Aveiro, a trabalhar nas Casas da Criança de Agueda, Albergaria a Velha e Mealhada e do Colégio Distrital Dr. Alberto Souto manifestaram-se em Lisboa, em frente do Ministério do Plano e da Administração do Território, com a finalidade de alertar para a situação em que se encontram em consequência da total indefinição administrativa e financeira dos serviços, em consequência da extinção da Assembleia Distrital. A manifestação ocorreu no passado dia 21 de Abril.

Em resumo pretendem o pagamento dos salários em atraso desde Março de 1992, a integração do pessoal nos quadros dos serviços onde presentemente desempenham as suas funções (Centro Regional da Segurança Social e Instituto da Reinserção Social), bem como a definição e aplicação urgente de medidas que regularizem e permitam o pleno funcionamento destas instituições de ensino.

Fraudes em Coimbra

Segundo a União dos Sindicatos de Coimbra, há naquele distrito duas empresas que fazem depender a admissão de pessoal da assinatura de uma carta de despedimento, sem data.

Quer dizer, logo no início da relação laboral, esta fica irremediavelmente condenada à morte, o que sucederá quando o patrão quiser.

A União denuncia ainda a impotência da Inspeção do Trabalho que se traduz, na prática, "em autênticos conluios com práticas ilegais nas empresas".

Patronato ameaça no Olaio

Os trabalhadores do Olaio (Sacavém) tinham plenário marcado. O Conselho de Administração, numa atitude de incrível desdém, ameaçou os trabalhadores que nele participassem.

A Comissão de Trabalhadores afirmou, em comunicado, que "não se pretende inicialmente manifestar contra aqueles que assumiram uma posição contrária ao que legalmente está consagrado". A CI adiantou que "houve uma intenção clara de violação do direito de reunião" e manifestou a convicção de que o medo instalado na empresa será em breve superado pelos trabalhadores.

Têxteis exigem tratamento igual

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Pêles de Portugal reclamou, em plenário recente, que o Governo proceda à audição prévia das organizações sindicais no que respeita à temática relacionada com os previsíveis RETEX (apoio comunitário aos têxteis).

A Federação adianta que se trata de um direito dos trabalhadores ser ouvido na elaboração de legislação que lhes diga directamente respeito.

Os sindicatos, de resto, nada mais exigem que tratamento igual ao que é dado pelo Governo ao patronato e suas associações.

Sessão de Solidariedade com a Palestina

Decorreu, nas instalações do CESL no passado dia 30 de Março a sessão de solidariedade com a Palestina — "Dia da Terra. Os intervenientes nesta sessão foram o representante da OLP em Portugal, o Eng.º Cunha e Serra em representação do CPPC e Álvaro Rana em representação da CGTP-IN.

Greves no sector de material eléctrico

Os trabalhadores das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico estão em luta pela revisão do respectivo contrato colectivo de trabalho, desde fins de Março passado.

Reivindicam aumentos superiores a 10,75 por cento e a redução do horário de trabalho semanal de 42 para 40 horas.

Registraram-se já três greves neste sector, a última em 24 de Abril passado, com uma concentração de trabalhadores, em Lisboa, frente às instalações da associação patronal.

As greves têm tido grande adesão e a participação entusiástica dos trabalhadores jovens, quer efectivos quer contratados a prazo.

O sector de fabricação de material eléctrico e electrónico emprega cerca de 36 mil trabalhadores (mulheres na maioria) a nível nacional, e é dominado por empresas multinacionais como a Grundig, Philips,



Siemens, General Motors, Tudor e Ford, entre outras. A associação patronal pretende limitar os aumentos salariais ao referencial da concertação social (10,75), para o que assinou um

acordo com algumas organizações da UGT, de quase nula representatividade no sector, tentando dar as negociações por encerradas. Os sindicatos filiados na CGTP-IN pediram, entre-

tanto, a passagem do processo à fase de conciliação. A primeira reunião desta fase realizou-se no passado dia 5 de Maio, no Ministério do Emprego. São previsíveis novas formas de luta.

Minas de Jales e Cachão

Carências exigem acção

A visita do coordenador da CGTP-IN à região de Trás-os-Montes nos dias 22 e 23, saldou-se por uma grande participação dos trabalhadores e da estrutura sindical.

Dos contactos com a estrutura sindical e dos plenários realizados com os trabalhadores, constatou-se que a região está a perder pólos fundamentais para uma política de desenvolvimento regional; que não existe uma política estruturada para desenvolver a região; que o salário da maioria dos trabalhadores é o salário mínimo nacional; que se verifica o desaparecimento de serviços essenciais de apoio às populações da região, tais como: os sectores da saúde, telecomunicações, correio, etc.

A desertificação da região continua a aumentar, com maior evidência nas zonas rurais, verificando-se um novo surto de emigração.

O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, defendeu no plenário de trabalhadores do Cachão, realiza-

do no dia 23 de Abril, a necessidade de implementar rapidamente um "Plano de Emergência para o Cachão" que coloque a nível nacional a gravidade da situação que se vive neste Complexo Agro-Industrial.

Considerando que a actual situação do Complexo do Cachão não resulta da ineficácia ou incapacidade dos trabalhadores, mas da inexistência de um plano credível de desenvolvimento agro-industrial da região noroeste, Carvalho da Silva, acrescentou ainda que "o Governo tem a responsabilidade de encontrar as alternativas para viabilizar este importante pólo de desenvolvimento económico da região". Assim, os trabalhadores do Cachão e o movimento sindical decidiram:

— propor um plano de emergência para o complexo Agro-Industrial do Cachão;

— responsabilizar Autarquias e Governador Civil, e todos os órgãos institucionais que podem intervir no futuro do Cachão, no sentido de evitar os despedimentos e a falência da empresa;

— apelar aos deputados eleitos por Bragança para a visita ao complexo e que exerçam o direito das suas funções;

— realizar brevemente uma concentração junto da Câmara Municipal de Mirandela.

Carvalho da Silva visitou ainda as Minas de Jales onde se constata um índice elevado de carências, motivadas pela prática de baixos salários, o aumento da sinistralidade e a urgência de um investimento imediato para a modernização do aparelho produtivo.

Perante a situação económico-social das Minas de Jales e do sector mineiro na região, a CGTP, vai apresentar conjuntamente com os trabalhadores, um caderno reivindicativo que tenha como objectivo a viabilização da empresa e a melhoria das condições de vida e de trabalho dos mineiros. Ainda neste âmbito, a CGTP-IN vai promover um debate sobre o sector mineiro e a sua importância para uma política de desenvolvimento da região transmontana, a realizar durante o ano

Reformados Lutar por uma vida digna

No dia Internacional do Idoso, 7 de Abril, a Inter-Reformados e o MURPI realizaram uma concentração nacional em frente Assembleia da República, onde aprovaram uma moção em que reivindicam condições de vida dignas.

Denunciaram os baixos valores das pensões de reforma, em contraste com o agravamento do custo de vida provocado pelas novas tabelas do IVA, principalmente com o aumento dos preços dos bens de primeira necessidade e das rendas de casa.

Os Reformados, Pensionistas e Idosos presentes na concentração reivindicaram o aumento do valor das pensões mínimas, de forma progressiva, até igualar, em fins de 1995, o valor do respectivo salário mínimo nacional.

Reivindicaram, também, a gratuidade de medicamentos nos casos de doenças crónicas ou de doenças graves e prolongadas e um serviço nacional de saúde geral e gratuito.

Exigiram ao Governo que cumpra as promessas que fez na campanha eleitoral e no seu próprio Programa, de melhorar significativamente os valores das pensões e outros benefícios sociais.

Administração Pública Nova Lei dos "excedentes" é inaceitável

Os representantes dos trabalhadores da Administração Pública revelaram já o seu desacordo e preocupação face à nova lei dos "excedentes" que prepararia o despedimento de 100 mil funcionários.

Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, a concretizar-se semelhante disposição do Governo, "isso significaria a total paralisação da Administração do Estado e, em particular, dos serviços de saúde e do ensino".

Aquela Federação salientou que a "Administração Pública não tem funcionários a mais" e afirmou que a criação de "excedentes" é a pior forma de gestão de pessoal, pois passa pela inactividade de centenas ou mesmo milhares de trabalhadores que ficam sem trabalho e a receber parte dos seus vencimentos.



Para aqueles sindicalistas, as exigências de racionalidade vão precisamente no sentido contrário. Assim, prezarizam

— contra o projecto do Governo que permitiria "uma quase ilimitada discricionariedade e falta de transparência" — a garan-

tia da ocupação e a rentabilização dos funcionários. Bastaria usar, para isso, aperfeiçoando-a, a legislação já existente.

Contra o racismo

A CGTP-IN associou-se ao apelo da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) para que unidos e solidários lutemos contra a exclusão social, o racismo e a xenofobia, tendo aprovado uma moção sobre o assunto nas comemorações do 1.º de Maio e inserido a questão como um dos temas basilares das intervenções proferidas.

A CGTP-IN associou-se a esta campanha na certeza de que só unidos e solidários poderemos alcançar uma Europa unida, justa e solidária, onde todos possamos viver juntos. Consciente da sua responsabilidade como a maior organização social portuguesa apelou para a solidariedade e fraternidade, com vista à melhoria das condições de vida e de trabalho, pelo progresso social, pela democracia e contra a exclusão social e o racismo.

A CGTP-IN exige a legalização da situação dos imigrantes em Portugal. Designadamente os oriundos dos países de expressão portuguesa e a adopção de medi-

das para a sua inserção no respeito pela sua identidade cultural.

A CGTP-IN exorta os trabalhadores imigrantes a integrarem-se nos seus sindicatos, nos quais encontrarão a fraternidade militante para, em conjunto com os trabalhadores portugueses, defenderem interesses profissionais comuns.

A CES, Confederação Europeia de Sindicatos lançou um apelo para que unidos e solidários lutemos contra a exclusão social, o racismo e a xenofobia porque estamos hoje confrontados com o ascenso das actividades racistas e com o desenvolvimento de organizações que preconizam a violência e o ódio racial por esta Europa fora.

Nas recentes eleições em França, Alemanha, Bélgica e Itália assistimos ao crescimento dum extrema-direita, arrogante e intolerante, e multiplicam-se pela Europa os discursos populistas e demagogicos que lançam sobre os imigrantes a responsabilidade da falta de emprego, de habitação e de degradação das condições de vida.

Redução do Horário de Trabalho Cresce a luta resultados aparecem!

Os cerca de 50 trabalhadores da empresa Guilherme Moreira, do sector do vestuário, iniciaram uma greve no passado dia 27 de Abril pelo pagamento de salários, aumentos salariais, actualização do subsídio de alimentação e redução do horário de trabalho para 43 horas semanais.

Na greve que decorria com uma adesão de 100% foi interrompida quando, após uma reunião do sindicato com a entidade patronal, se agendou o pagamento dos salários de Março e Abril, bem como aumentos salariais a partir de Maio e actualização do referido subsídio.

Quanto às 43 horas elas vigoram já a partir dos primeiros dias de Maio.

Moral da História: quem luta sempre alcança!

Em greve de 1 hora por dia estão os cerca de 200 trabalhadores da Vilvalva, empresa do sector do vestuário, sediada na Maia.

Na origem desta greve estão aumentos salariais e redução do horário de trabalho para 43 horas.

Os trabalhadores garantem que a greve continuará até que a Administração reveja a sua posição. Em luta estiveram, ainda, os trabalhadores da

Mabor/Continental, empresa do sector químico.

A greve de 3 horas por turno surgiu contra a tentativa de impor agravamento no horário de trabalho de 1h40m e também por aumentos salariais.

Os cerca de 800 trabalhadores desta empresa completaram já neste processo 60 horas de greves com uma adesão superior aos 90%.

Os 70 trabalhadores da ARTIGRAFE — empresa do sector gráfico sediada na Maia — efectuaram uma greve nos dias 8, 9 e 10 de Abril exigindo o pagamento do salário do mês de Março que registou uma adesão de 100% e com a qual conseguiram o seu pagamento.

Particularmente activo na redução do horário de trabalho tem estado o sector da Construção civil que conseguiu a redução para as 43 horas, sem flexibilização, na Sociedade de Construções Joaquim Ferreira dos Santos e na Engenheiros Associados.

Quer na William Graham, quer na Soares da Costa os trabalhadores prosseguem, desde meados de Abril, uma greve de 1 hora por semana até que as entidades patronais se convençam da justiça das 43 horas.

SIS investiga sindicatos

A CGTP-IN manifestou preocupação pelo facto do Governo não ter ainda vindo a público desmentir notícias que afirmavam que o Serviço de Informação e Segurança - SIS - tem estado a proceder a operações de vigilância sobre sindicatos e acções colectivas da população, desenvolvendo nos termos legais. O silêncio do Governo, diz a CGTP-IN em carta enviada ao Primeiro-Ministro, "só pode avolumar as preocupações de se estar perante um grave e inadmissível atentado aos direitos constitucionais".

Nessa carta, a central sindical salienta que: "a sucessão de alguns factos que têm estado a ocorrer, ultimamente, na sociedade portuguesa, não pode deixar de ser encarada pela CGTP-IN como um sinal de afrontamento aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores consignados na Constituição e aos mais profundos sentimentos democráticos da população, traduzindo, também, uma concepção marcadamente negativa no que concerne ao papel que aos sindicatos cabe desempenhar no quadro do funcionamento das nossas instituições democráticas".

Datas móveis para feriados

A CGTP-IN manifestou o seu veemente desacordo face às intenções manifestadas pelo Governo de alterar as datas dos feriados, principalmente os do 25 de Abril e 1.º de Maio, datas de grande significado histórico. Para aquela central sindical, trata-se de uma clara afronta aos

sentimentos democráticos não só dos trabalhadores, mas de todos os portugueses e revela-se ofensivo para a dignificação do trabalho.

A CGTP-IN afirma não ser sustentável que "pretensas razões económicas esfrangalhem, de uma só assentada, valores históricos, morais e culturais profundamente arraigados no nosso povo".

7 mil fora da Suíça

Estimam-se em 7 mil os trabalhadores portugueses impedidos de entrar na Suíça por não lher ter sido renovado o seu contrato sazonal.

Um estudo do sindicato suíço da construção civil (FOBB) revela que, desde o início da crise no sector, cerca de 24 mil trabalhadores sazonais perderam o emprego. Este facto evidencia o pa-

pel de amoteceiros de conjuntura exercido por estes trabalhadores imigrantes.

Embora descontem para a Segurança Social durante o período de actividade (9 meses num ano), os trabalhadores sazonais na Suíça não têm qualquer subsídio durante os 3 meses de inactividade forçada, nem a qualquer indemnização por motivo de despedimento compulsivo.

EFFA's vítimas de chantagem

Os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA's) estão indignados e sentem-se enganados.

Obrigados a viver com magros salários, os trabalhadores apresentaram ao Ministério da Turela uma proposta de aumentos salariais de 13 por cento.

De forma arrogante, o Ministério da Defesa voltou a apresentar a proposta anterior, ou seja, 10,75 por cento de aumento para os trabalhadores das OGMA e do

Arsenal do Alfeite e de 10 por cento para os restantes trabalhadores. Como se não bastasse reafirmou que a falta de acordo não significa a garantia de aumentos superiores a 9 por cento. Para o Sindicato (STEFFA's), "ficou demonstrado que o apreço do diálogo não passa de uma palavra vã, pois a chantagem foi de novo a arma utilizada pelo Governo para tentar obter um acordo, que a ser assinado pelo Sindicato, seria só para dar cobertura à política de contenção salarial.

Os preços que os cidadãos pagam pelos cuidados e serviços de saúde aumentam escandalosamente.

A subida e, nalguns casos, introdução das famigeradas taxas moderadoras causam indignação geral.

O preço dos medicamentos também subiu por força do abaixamento das comparticipações do Estado.

Para a CGTP-IN, se pagamos impostos, temos direitos. Direitos esses que passam por um serviço de saúde de qualidade.

Em preparação, está uma jornada de luta em torno do problema, que vai decorrer entre 25 e 30 de Maio. A 28, em Lisboa realiza-se uma concentração frente à Residência Oficial do 1.º Ministro.

Saúde e taxas moderadoras

Pagamos impostos Temos direitos

Pagamos impostos, temos direitos; por um serviço de saúde de qualidade não às taxas moderadoras.

São estas as ideias centrais que a CGTP-IN desenvolve para a campanha de informação e sensibilização em torno dos problemas relativos à saúde em Portugal.

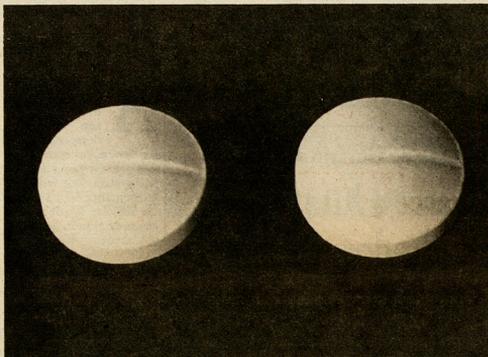
De facto, o Governo, ao invés de melhorar os serviços, impôs aumentos escandalosos das taxas moderadoras, que nalguns casos vão até 300 por cento. Tem sido o caos nos centros de saúde e hospitais.

Agora, quem por milagre consegue uma consulta, arrisca-se a pagar centos de réis. Primeiro, é a consulta propriamente dita.

Depois são as análises e por último os medicamentos. Tudo subiu.

Face a isto e à degradação a que chegaram os serviços, a CGTP-IN, em conjunto com todos os sindicatos do sector da saúde, solicitou uma audiência ao ministro da Saúde com vista à revisão urgente do sistema das taxas moderadoras.

Para a central sindical as taxas moderadoras dos serviços de saúde reassumidas pelo Governo, segundo as quais a população portuguesa terá de pagar quantias que vão de 300\$00 para uma consulta vulgar até 1000\$00 para uma consulta urgente num centro de



saúde e de 100\$00 a 300\$000 por cada meio complementar de diagnóstico e terapêutica, traduzem-se na impossibilidade de ou numa extrema dificuldade de acesso aos cuidados de saúde para a esmagadora maioria da população trabalhadora portuguesa, cujo salário médio situa nos 73 000\$00.

Mas, para além desta natural barreira, dado que a Constituição da República consagra um Serviço Nacional de Saúde, universal e tendencialmente gratuito, constitui também uma profunda injustiça social que penaliza as pessoas de mais baixos rendimentos, obrigando-as a pagar o

mesmo que as de altos, ou mesmo muito altos rendimentos.

Dai que este Serviço Nacional de Saúde, no entender da CGTP-IN, embora isente de taxas as pessoas que auferem rendimentos iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional, seja antes um serviço tendencialmente gratuito, e é socialmente injusto.

A razão que o Governo apresenta para a reintrodução das taxas é a de racionalizar a procura dos cuidados de saúde e ordenar o afluxo às urgências hospitalares.

Para a CGTP-IN o que acontece é que a população portuguesa tem extremas

dificuldades no acesso aos cuidados de saúde. Espera entre meses e anos por uma consulta de especialidade; para operações, de tanta espera, muitas vezes, quando chega a vez já se morreu ou o estado de saúde está muito agravado.

A rede de cuidados primários de saúde é de uma extrema debilidade, a medicina preventiva é particularmente nula.

Paradoxalmente, pretende-se racionalizar, mas não se faz educação para a saúde, nem se faz prevenção da doença, nem se apertcham os CATUS dos indispensáveis meios técnicos e humanos.

Enfim, é o caos!

Direitos dos trabalhadores

Campanha está aí em força

A Campanha pelo exercício dos Direitos dos Trabalhadores vai entrar em fase de grande movimentação.

Nesta perspectiva, deverão ser harmonizados esforços e acções que potenciem a «campanha» em torno da luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores e denunciem as discriminações que resultem do exercício destes direitos.

Assim, identificam-se algumas situações que deverão merecer a nossa atenção:

a) discriminações salariais, sejam elas devidas à actividade sindical, em razão do sexo ou outras (integram-se aqui os prémios, normalmente designados por prémios de assiduidade ou de produtividade);

b) discriminações no acesso ao emprego e à ascensão nas carreiras profissionais;

c) precariedade do vínculo laboral enquanto meio de discriminação e de manifesta injustiça social;

d) violação dos direitos sindicais, designadamente, o direito ao exercício da actividade sindical nos locais de trabalho.

Estas discriminações atingem, especialmente, alguns grupos de trabalhadores que estão mais expostos ao arbítrio patronal.

Encontram-se nesta situação: os trabalhadores precários, as mulheres, os trabalhadores estudantes, os trabalhadores que frequentam acções de formação profissional e os representantes dos trabalhadores.

A temática dos prémios, nomeadamente o seu enquadramento e efeitos nos trabalhadores e sobre a actividade sindical, deve ser privilegiada nesta campanha, na linha das conclusões da Conferência Sindical Nacional.

De facto, os prémios, constituindo uma realidade no mundo do trabalho e apesar da natureza retributiva da maioria deles, têm sido usados como factor discriminatório e repressivo do exercício dos direitos dos trabalhadores.

ALAVANCA FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Redacção: Mário Rui Ferreira, Herminio Fernandes, Júlio Cardoso, Manuela Monteiro, Gonçalves André e Helena Policarpo; Fotografia: João Silva; Grafismo e maquetagem: Cristina Albuquerque; Colaboraram nesta edição: Fernando Marques; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiragem: 60 mil exemplares; Composição, montagem e impressão: Heskla Portuguesa, SA. Depósito Legal: 4307/91; Morada: R. Vitor Gordon, nº 1 - 2º - 1294 Lisboa Codex; Telef.: 347 21 81; Fax: 347 21 89; Telex: 13 672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USL), Vieira Mendes (USP), Manuel Pisco (USS), José Carlos Santos (SEP), Humberto Costa (FSTFP) e Ernesto António (FSTCPG).

Campanha em curso Sindicalizar mais

O primeiro balanço nacional relativo aos resultados de Janeiro, Fevereiro e Março de 1992, foi realizado no dia 23 de Abril, em reunião de federações e uniões e deste balanço, salientamos que há algum impulso organizativo com o estabelecimento de objectivos, definição de prioridades e aplicação de métodos adquiridos neste trabalho, embora não de forma generalizada e com a intensidade e dimensão necessárias à importância da iniciativa. Não está ainda adquirido um verdadeiro espírito de campanha e confirma-se mais uma vez que a sindicalização é mais fácil e cresce particularmente nas fases de intensificação das lutas reivindicativas.

Os responsáveis da campanha entendem que «a CGTP-IN deve organizar os resultados da campanha de modo a que no seu VII Congresso sejam expressamente referidos os sindicatos com maior índice de sindicalização, com mais sindicalizações absolutas e relativas feitas durante a campanha e os que obtiveram em 1992 maior aumento percentual de receitas de quotização relativamente a 1991».

